



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0003086-08.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **Karina Trebi Affonso de Almeida**
 Requerido: **Philips do Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou que adquiriu um televisor fabricado pela ré, o qual alguns dias depois apresentou vícios de funcionamento não sanados no trintídio.

Alegou ainda que a ré se comprometeu perante o PROCON local a restituir-lhe o montante que havia pago pelo bem, mas não o fez.

Almeja à reparação dos danos materiais e morais que experimentou.

Os documentos coligidos pela autora respaldam sua versão.

O de fl. 04 demonstra a compra do televisor em apreço no dia 20/11/2014, enquanto o relato de fl. 08 deixa claro que após alguns dias ele apresentou vícios de funcionamento e foi por duas vezes encaminhado à assistência técnica sem ser devidamente reparado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Já a ré perante o PROCON local assumiu a obrigação de ressarcir à autora o preço do aparelho, mas não o fez (fls. 10/13).

Diante desses elementos, a discussão em torno da possível utilização inadequada do produto por parte da autora perde sentido.

A própria ré anteriormente à propositura da ação já reconheceu sua obrigação em devolver o valor do mesmo à autora, de sorte que agora não se mostra possível reavivar o fato posto como incontroverso.

De outra parte, o documento de fl. 47 atesta que a ré somente após o ajuizamento da ação cumpriu o dever que contraíra perante o PROCON local, o que importa dizer que o art. 18, § 1º, inc. II, do CDC, restou no particular atendido.

Resta então examinar se a autora em decorrência de todo o evento sofreu danos morais passíveis de ressarcimento e a análise do feito conduz à resposta positiva.

Com efeito, os fatos tiveram início há mais de quatro meses e apenas com o aforamento da demanda a ré devolveu à autora o montante que pagara pelo bem viciado.

A autora nesse espaço de tempo encaminhou o produto à assistência técnica por duas vezes e precisou procurar pelo PROCON para que o assunto fosse solucionado, mas nem isso sucedeu porque a ré deixou de cumprir a proposta que ela própria formulara.

É indubitoso que a dinâmica provocou à autora frustração de vulto que foi muito além dos meros dissabores inerentes à vida cotidiana, não tendo a ré ao menos na espécie vertente dispensado a ela o tratamento que lhe seria exigível.

Fica, portanto, configurado o dano moral passível de ressarcimento e o valor da indenização pleiteado pela autora está em conformidade com os critérios usualmente empregados em situações afins (leva em conta a condição econômica das partes e o grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como a necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado).

O quadro delineado torna de rigor o acolhimento da pretensão deduzida, com a ressalva de que ela abarcará apenas a indenização para reparação dos danos morais porque os materiais já foram satisfeitos.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$ 2.000,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Caso a ré não efetue o pagamento da importância aludida no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 04 de maio de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**